

## TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A.

CNPJ/MF nº 31.345.107/0001-03

### Relatório da Administração

**Aos Acionistas, Mensagem da Administração:** Senhores Acionistas, O exercício de 2025 representou um período de consolidação estratégica, evolução operacional e retorno à rentabilidade para a TAG. Ao longo do ano, fortalecemos nossos pilares estruturais – tecnologia, eficiência operacional, expansão de receita e conformidade regulatória – criando bases sólidas para crescimento sustentável. Desempenho Operacional: A receita líquida de transações e outros serviços atingiu R\$ 107,6 milhões, crescimento de aproximadamente 15% em relação a 2024 (R\$ 93,7 milhões). Além disso, esse desempenho reflete: • Repercussão dos produtos de interoperabilidade; • Expansão da base de clientes; • Início da monetização de soluções de dados, especialmente cálculo de posição; • Evolução Tecnológica e Eficiência Operacional; • Adequação Regulatória. Realizamos uma reprecificação dos produtos da TAG, promovendo ajustes relevantes na tabela de preços. Essa medida foi essencial para alinhar nosso modelo econômico às condições de mercado, garantindo maior previsibilidade de receitas e sustentabilidade financeira no médio e longo prazo. Em conjunto à nova precificação, aumentamos nossa base de clientes com investimento em prospecção,

fortalecendo nossa presença no mercado. Paralelamente, iniciamos a comercialização de produto de dados, com destaque para soluções de “cálculo de posição”. Essa nova frente amplia nosso portfólio e contribui para diversificar receitas e posiciona a Companhia como provedora estratégica de inteligência e informação para os clientes finais, além de ser um diferencial estratégico entre as registradoras concorrentes. Outro ponto importante, em 2025, intensificamos os investimentos em tecnologia, otimizando o sistema da TAG com foco em eficiência, escalabilidade e segurança. Essa otimização tecnológica visa tornar nossa operação mais enxuta, resiliente e preparada para suportar o crescimento futuro, reduzindo complexidades e aumentando a performance operacional. Além disso, a Companhia reforçou o compromisso com a conformidade regulatória, assegurando total aderência às normas do Banco Central do Brasil para os produtos regulados. Essa adequação fortalece nossa governança, reduz riscos e consolida nossa reputação institucional perante clientes, parceiros e reguladores. Resultado: Receitas Operacionais: As receitas operacionais, que contemplam serviços de negociação de recebíveis, consulta, conciliação, anuência e Cálculo de Posição

totalizaram R\$ 107,6 milhões, crescimento de aproximadamente 15% em relação a 2024 (R\$ 93,7 milhões). Aumento via ajuste dos preços, aumento da base de clientes e cobrança do Cálculo de Posição. Custo dos serviços prestados: O custo dos serviços prestados de processamento de dados, licenças de softwares e custos com interoperabilidade utilizados na operação totalizou R\$ 85,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, 18,7% maior que os custos apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 71,9 milhões. O aumento se deu pelo incremento da operação dos clientes da borda na interoperabilidade. Além disso, tivemos um ajuste significativo de alguns contratos chaves devido à valorização do dólar frente ao real, visto que a TAG possui contratos com fornecedores registrados em moeda estrangeira. Rentabilidade e lucratividade: Em 2025, a Companhia registrou lucro líquido de R\$ 3,9 milhões, revertendo o prejuízo de R\$ 1,0 milhão apurado em 2024. O lucro antes do imposto de renda e contribuição social foi de R\$ 4,7 milhões, enquanto o resultado financeiro líquido foi positivo em R\$ 5,8 milhões, investimento refletido com a aplicação em ativos de baixo risco realizados pela TAG.

### Balanco Patrimonial – Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativo circulante</b>				<b>Passivo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	11.364	23.723	Contas a pagar	9	6.837	4.331
Aplicações financeiras	5	44.976	39.378	Contas a pagar a partes relacionadas		-	3.239
Contas a receber de clientes	6	7.796	7.105	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	10	9.814	9.255
Impostos a recuperar		764	1.044	Impostos a recolher		1.380	1.228
Despesas antecipadas		2.896	3.047	Dividendos a pagar		27	-
Outros ativos		157	156	Outros passivos		161	78
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>67.953</b>	<b>74.453</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>18.219</b>	<b>18.131</b>
<b>Ativo não circulante</b>				<b>Passivo não circulante</b>			
Contas a receber de partes relacionadas	11	10.083	52	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	10	2.686	991
Ativos fiscais diferidos	7	5.807	5.296	Provisão para contingências	12	20	14
Despesas antecipadas		73	73	Outros passivos		30	-
Outros ativos		5	27	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>2.736</b>	<b>1.005</b>
Imobilizado		473	212	<b>Patrimônio líquido</b>			
Intangível	8	24.025	20.546	Capital social	13.1	75.728	75.728
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>40.466</b>	<b>26.206</b>	Reserva de capital	13.2	7.231	5.128
				Reserva legal	13.3	1.837	1.696
				Reserva de investimentos	13.3	2.668	-
				Lucros (prejuízos) acumulados		-	(1.029)
<b>Total do ativo</b>		<b>108.419</b>	<b>100.659</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>87.464</b>	<b>81.523</b>
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>108.419</b>	<b>100.659</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva de investimentos	Reserva legal	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>75.728</b>	<b>3.316</b>	<b>-</b>	<b>1.696</b>	<b>-</b>	<b>80.740</b>
Pagamento baseado em ações		-	1.812	-	-	1.812	1.812
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(1.029)	(1.029)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>75.728</b>	<b>5.128</b>	<b>-</b>	<b>1.696</b>	<b>(1.029)</b>	<b>81.523</b>
Pagamento baseado em ações	13.2	-	2.103	-	-	2.103	2.103
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	3.865	3.865
<b>Destinações do lucro líquido do exercício:</b>							
Constituição de reserva legal	13.3.1	-	-	-	141	(141)	-
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	13.4	-	-	-	(27)	(27)	-
Constituição de reserva de investimento	13.3.1	-	-	2.668	-	(2.668)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>75.728</b>	<b>7.231</b>	<b>2.668</b>	<b>1.837</b>	<b>-</b>	<b>87.464</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Milhares de Reais)

**1. Contexto operacional** – A TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. (“Companhia” ou “TAG”), constituída em 17 de julho de 2018, empresa controlada pela STNE Participações em Tecnologia S.A. (“STNE Par Tec”) e em última instância pela StoneCo Ltd (“StoneCo”), empresa constituída nas Ilhas Cayman, com capital aberto e negociado com a sigla STNE na bolsa americana NASDAQ. A Companhia possui sede na Rua Joaquim Antunes, nº 470, Bairro Pinheiros, CEP 05415-001, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado e que tem como objeto principal atuar como instituição operadora de sistema do mercado financeiro, na categoria de entidade registradora, de modo a criar e operar sistema de registro de ativos financeiros, com a finalidade de armazenar informações referentes a ativos financeiros não objeto de depósito centralizado, as suas transações e as garantias a eles vinculadas e realizar a escrituração de títulos de créditos, quando assim autorizada por autoridade competente. Em 19 de outubro de 2020, foi publicado no Diário Oficial da União a autorização concedida pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) para a Companhia atuar como infraestrutura do mercado financeiro. Devido à complexidade da operação e da inserção das registradoras como infraestrutura básica de mercado, o BACEN postergou a data originalmente prevista, de 03 de agosto de 2020, para a operacionalização das instituições enquadradas, possibilitando a adequação das registradoras às normas e aos testes homologatórios. A Companhia iniciou as suas operações no dia 07 de junho de 2021, prazo estabelecido pelo BACEN. A emissão destas demonstrações financeiras individuais foi aprovada pela Administração da Companhia em 09 de abril de 2026. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras – 2.1 Base de Preparação:** As Demonstrações Financeiras Individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e suas alterações, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras compreendem os balanços patrimoniais, as demonstrações de resultados, dos resultados abrangentes, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido, bem como as respectivas notas explicativas. A Companhia é uma elaboradora recorrente de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), as quais são convergentes com as normas brasileiras de contabilidade emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e apresentou suas demonstrações financeiras anteriores sem ressalvas. Desta forma, o CPC 37 – Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade é aplicável à Companhia utilizando a isenção prevista no item 4A do CPC 37, pois não existem diferenças relevantes de reconhecimento, mensuração ou divulgação entre as práticas contábeis anteriormente adotadas e as práticas contábeis utilizadas para a preparação dessas demonstrações financeiras. **2.2 Moeda Funcional e de Apresentação:** As demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Reais (“R\$”), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia. Todos os valores estão arredondados para o milhar mais próximo (R\$ 000), exceto quando indicado de outra forma. **3. Principais políticas contábeis materiais** – As principais políticas contábeis são apresentadas nas correspondentes notas ao longo das demonstrações financeiras. Demais políticas contábeis, não relacionadas com notas específicas e julgadas como relevantes pela administração são apresentadas a seguir. **3.1 Classificação circulante versus não circulante:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando: • espera-se realizá-lo ou pretenda vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • for mantido principalmente para negociação; • espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • é caixa ou equivalente de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou utilização para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como circulante quando: • espera-se liquidá-lo no ciclo operacional normal; • for mantido principalmente para negociação; • deve ser liquidado dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. A Companhia classifica todos os demais passivos como não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante, de forma líquida. **3.2 Arrendamentos:** A Companhia reconhece os passivos de arrendamento seguindo os princípios do CPC 06(R2) – Arrendamentos. A determinação se um contrato é, ou contém, um arrendamento baseia-se na substância do acordo na data de seu início. Caso o cumprimento do contrato dependa do uso de ativos específicos ou o contrato transfira o direito de uso do ativo, tais acordos são definidos como arrendamentos. **3.2.1 Companhia como arrendatária:** A Companhia aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor, para os quais a Companhia opta pela isenção de reconhecimento. A Companhia reconhece passivos de arrendamento para efetuar pagamentos e ativos de direito de uso que representam o direito de utilizar os ativos subjacentes. **3.2.1.1 Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Eles são mensurados ao custo, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer remensuração dos passivos de arrendamento. A depreciação é linear ao longo do que for menor entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada. **3.2.1.2 Passivos de arrendamento:** Na data de início, a Companhia reconhece em “Outros instrumentos de dívida” os passivos de arrendamento ao valor presente dos pagamentos a serem feitos. Utiliza-se a taxa incremental de empréstimo caso a taxa implícita não seja determinável. O saldo é aumentado por juros e reduzido pelos pagamentos efetuados. **3.2.1.3 Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Companhia aplica a isenção para contratos de até 12 meses ou ativos de valor abaixo de US\$ 5 mil (como equipamentos de escritório). Os pagamentos são reconhecidos como despesa linearmente. **3.3 Pronunciamentos novos ou revisados ainda não adotados:** As normas e interpretações novas e alteradas que foram emitidas, mas ainda não estão vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas a seguir. A Companhia pretende adotar essas novas normas e alterações de normas e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor. • CPC 51 – Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis – substituição do CPC 26 – Apresentação de Demonstrações Financeiras, introduzindo três subníveis e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na demonstração de resultados. Também requer que as entidades divulguem explicações sobre as medidas de desempenho finanças pela

administração relacionadas à demonstração de resultados. Estas alterações são efetivas para os exercícios a partir de 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados pela Companhia e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma. • CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 – Instrumentos Financeiros Divulgados: Em 30 de maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros, que foram traduzidas e emitidas pelo CPC, alterando a CPC 48 e a CPC 40. As alterações fornecem orientações adicionais e clareza sobre os seguintes temas específicos: data de reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros e características relevantes na avaliação dos fluxos de caixa destes instrumentos para classificação e mensuração. Também são aprimoradas as divulgações sobre instrumentos patrimoniais reconhecidos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e instrumentos financeiros vinculados a eventos contingentes. Estas alterações serão aplicáveis para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada, com aplicação retrospectiva. A Companhia avaliou as alterações e não foram identificados impactos. • CBPS 01 e CBPS 02 – Normas de Divulgação de Sustentabilidade: Emitidas pelo International Sustainability Standards Board (ISSB) traduzidas e emitidas no Brasil pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS) estas normas estabelecem os requisitos gerais para a divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade (CBPS 01) e divulgações específicas sobre o clima (CBPS 02). Seu objetivo é garantir que as entidades forneçam informações úteis aos usuários das demonstrações financeiras sobre riscos e oportunidades de Environmental, Social and Governance (“ESG”). A Companhia monitora o cronograma regulatório vigente para determinar o prazo e a extensão de sua adoção obrigatória. A Companhia está avaliando as alterações a serem realizadas para determinar os impactos em suas operações e em suas demonstrações financeiras. **3.4 Lei complementar nº 214/2025:** Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a LC nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. Ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo. A Companhia está avaliando as alterações a serem realizadas para determinar os impactos em suas demonstrações financeiras. **3.5 Environmental, Social and Governance (“ESG”)** A TAG, buscando fortalecer a responsabilidade social e ambiental da Companhia, seguiu aprimorando em 2025 sua abordagem de sustentabilidade, o que incluiu o investimento constante em práticas e princípios ESG. No nível da StoneCo Ltd, a companhia deu continuidade à utilização da matriz de materialidade revisada em 2024, baseada no conceito de dupla materialidade, que permite a identificação e a priorização dos nove temas mais relevantes para os seus públicos de relacionamento. Em 2025, foi divulgado o terceiro relatório anual de sustentabilidade de forma voluntária, referente ao exercício de 2024, elaborado segundo as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), do Sustainability Accounting Standards Board (SASB) e as recomendações da Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD). Este relatório foi submetido à verificação externa e independente, e o inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE) divulgado conquistou o Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol. Além disso, em 2025, foram definidos e publicados os Nossos Compromissos com a Sociedade, fundamentados na materialidade da Companhia e alinhados à Agenda 2030 da ONU. Esses compromissos compartilham o mesmo horizonte temporal e conectam-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e ao planejamento estratégico da organização. Com o intuito de organizar o plano estratégico sob prioridades claras, os compromissos foram estruturados em quatro pilares estratégicos, sendo eles Impacto Social, Nossas Pessoas, Meio Ambiente e Governança. **3.6 Julgamentos, estimativas e premissas significativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Companhia faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos na data-base das demonstrações financeiras. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. Os julgamentos, estimativas e premissas são revisados frequentemente, e quaisquer efeitos são reconhecidos no período de revisão e em quaisquer períodos futuros afetados. O objetivo dessas revisões é mitigar o risco de diferenças significativas entre os resultados estimados e efetivos no futuro. Premissas significativas sobre fontes de incerteza em estimativas futuras e outras fontes significativas na data-base das demonstrações financeiras estão descritas nas notas explicativas a que se referem. **3.7 Principais normas que regem o negócio da TAG:** A TAG é uma instituição operadora de sistema do mercado financeiro (“IOSMF”) e, dessa forma, está sujeita às normas editadas pelo BACEN que se aplicam às registradoras e a atividade de registro de recebíveis. Desta forma, destacam-se as três normas abaixo, como as normas-chaves para a sustentação do negócio: • Resolução BCB nº 304/23 que dispõe sobre o exercício da atividade da registradora, regulando desde a alta administração, até o ambiente de interoperabilidade entre as entidades operantes no sistema, passando, por exemplo, por temas de Gestão de Continuidade de Negócios (GCN), Segurança da Informação, Riscos e Compliance; • Resolução BCB nº 264/22 e atualizações que dispõe sobre as regras do registro de recebíveis decorrentes de transações no âmbito de arranjo de pagamento baseado em conta pós-paga e de depósito à vista integrante do Sistema de Pagamentos Brasileiro (“SPB”); e • Resolução BCB nº 472/25, que disciplina a padronização dos eventos de interoperabilidade passíveis de cobrança entre entidades registradoras de recebíveis de arranjos de pagamento, e estabelece os limites máximos para os valores dessas tarifas e as suas formas de cobrança, sob a justificativa de que versa sobre o ambiente competitivo e interoperável. **4. Caixa e equivalentes de caixa – 4.1. Políticas contábeis:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e aplicações financeiras, que são investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e com prazo de vencimento, na data da aquisição, igual ou inferior a 90 dias. **4.2. Composição dos saldos** Depósitos em bancos nacionais 

	31/12/2025	31/12/2024
	11.364	23.723
<b>Total</b>	<b>11.364</b>	<b>23.723</b>

**5. Aplicações financeiras – 5.1. Políticas contábeis:** As aplicações financeiras são classificadas de acordo com o modelo de negócios da Companhia e com as características dos fluxos de caixa contratuais. Após o reconhecimento inicial ao valor justo, as aplicações financeiras são subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, valor justo por meio do resultado (VJR) ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), de acordo com o modelo de negócios da Companhia e com as características dos fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros. Atualmente, a Companhia mantém os saldos em títulos de Certificados de Depósitos Bancários (“CDB”). Este ativo financeiro é classificado como custo amortizado, sendo mensurado inicialmente ao valor justo mais custos de tran-

### Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Receita líquida de atividades de transação e outros serviços	14	107.629	93.715
Custo dos serviços	16	(85.105)	(71.885)
<b>Lucro bruto</b>		<b>22.524</b>	<b>21.830</b>
Despesas administrativas	16	(19.314)	(19.544)
Despesas de vendas	16	(198)	(859)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	16	(4.097)	(2.454)
<b>Prejuízo operacional</b>		<b>(1.085)</b>	<b>(1.027)</b>
Receitas financeiras	15	5.871	1.541
Despesas financeiras	15	(80)	(1.489)
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>5.791</b>	<b>52</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>4.706</b>	<b>(975)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	7	(1.352)	149
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	511	(203)
<b>Lucro (prejuízo) do exercício</b>		<b>3.865</b>	<b>(1.029)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
<b>Lucro (prejuízo) do exercício</b>		<b>3.865</b>	<b>(1.029)</b>
Outros resultados abrangentes		-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<b>3.865</b>	<b>(1.029)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
<b>Lucro (prejuízo) do exercício</b>		<b>3.865</b>	<b>(1.029)</b>
<b>Ajustes ao lucro líquido</b>		<b>1.923</b>	<b>3.839</b>
Depreciação e amortização	16	7.403	5.087
Receitas financeiras líquidas	5.2	(6.060)	(378)
Reversão da provisão para perdas esperadas	6.3	(3.519)	(3.646)
Prejuízo na alienação de bens		327	1.474
Juros, variações monetárias líquidas		63	-
Pagamento baseado em ações	17	4.213	2.445
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(511)	204
Provisão para contingências	12.3	6	12
Outras receitas operacionais		-	(1.359)
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		<b>(7.257)</b>	<b>16.499</b>
Contas a receber		2.827	12.978
Tributos a recuperar		1.320	6.043
Outros créditos		100	2.128
Contas a receber de partes relacionadas	11	(10.031)	-
Fornecedores		2.507	2.805
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		144	(1.459)
Obrigações tributárias		992	(5.056)
Empréstimos e financiamentos		3	-
Contas a pagar a partes relacionadas	11	(3.239)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.880)	(940)
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>		<b>(1.469)</b>	<b>19.309</b>
Aplicações financeiras	5	423	(39.000)
Aquisição de imobilizado		(457)	-
Aquisição de ativos intangíveis	8.2	(10.714)	(11.615)
<b>Caixa líquido das atividades de investimento</b>		<b>(10.748)</b>	<b>(50.615)</b>
Pagamento de arrendamento		(142)	-
Dividendos pagos		-	(14.556)
<b>Caixa líquido das atividades de financiamento</b>		<b>(142)</b>	<b>(14.556)</b>
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(12.359)</b>	<b>(45.862)</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		23.723	69.585
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		11.364	23.723
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(12.359)</b>	<b>(45.862)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

sação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo, e os rendimentos são reconhecidos no resultado com base na variação do indexador contratado, acrescidos ao saldo do principal. Os ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é desreconhecido, modificado ou em caso de redução ao valor recuperável. **5.2. Composição dos saldos:** Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantém aplicações em CDB da Stone Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“SCFI”) com rendimentos equivalentes a 100% do CDI.

	31/12/2025	31/12/2024
Certificado de depósito bancário <sup>(a)</sup>	45.015	39.378
Provisão para perdas esperadas	(39)	-
<b>Total</b>	<b>44.976</b>	<b>39.378</b>

(a) CDB com vencimento em 31 de dezembro de 2026. A movimentação das aplicações financeiras segue a seguir:

	2025	2024
<b>Saldo em 01 de janeiro</b>	<b>39.378</b>	-
Emissão	8.000	39.000
Juros	6.060	378
Resgate de principal	(8.000)	-
Resgate de juros	(423)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>45.015</b>	<b>39.378</b>

**6. Contas a receber de clientes – 6.1. Políticas contábeis:** Um recebível representa o direito da Companhia a um valor de contraprestação incondicional (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido), sendo reconhecido pelo valor nominal, deduzindo valor presente e provisão para perdas de crédito esperadas. **6.1.1. Mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas:** **6.1.1.1. Parâmetros utilizados na estimativa das perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** A Companhia realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pela metodologia completa, de acordo com os critérios do CPC 48 – Instrumentos financeiros, considerando os seguintes parâmetros: • Probabilidade de inadimplência (“PD”): é definida como a probabilidade de que a contraparte não possa cumprir as suas obrigações para pagar o principal e/ou juros. São considerados ambos: • (i) PD 12 meses: caracterizado pela probabilidade de o instrumento financeiro não ser honrado num prazo acima de 90 dias em horizonte de 12 meses; e • (ii

... continuação

marcação de ativo problemático; ou (ii) atraso acima de 90 dias. Para ativos no estágio 3, é utilizada a PD lifetime. O reconhecimento de juros dessas operações, quando aplicável, se dá sobre o saldo contábil líquido de provisão para perda esperada. A Companhia avalia regularmente informações prospectivas sobre a evolução futura do mercado, incluindo cenários macroeconômicos, bem como o perfil de risco de seus recebíveis. A Companhia poderá ajustar a provisão para perdas de crédito esperadas resultante dos modelos acima para melhor refletir essa visão prospectiva. As informações sobre o montante da provisão para perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes da Companhia estão divulgadas na Nota Explicativa 6.2..

	31/12/2025	31/12/2024
<b>6.2. Composição dos saldos</b>		
Contas a receber de clientes	8.456	11.283
Provisão para perdas esperadas	(660)	(4.178)
	<b>7.796</b>	<b>7.105</b>
<b>6.3. Movimentação dos saldos</b>		
<b>Saldo em 01 de janeiro</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Adição	(1.225)	(5.556)
Reversão	4.743	9.202
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>(660)</b>	<b>(4.178)</b>

**7. Imposto de renda e contribuição social – 7.1. Políticas contábeis: 7.1.1. Impostos correntes:** Os ativos e passivos fiscais correntes são mensurados pelo valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades fiscais. Os ativos e passivos fiscais correntes são compostos pelo imposto de renda ("IRPJ"), que é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional específico de 10% sobre o lucro tributável anual excedente ao valor estabelecido pelas autoridades fiscais, e pela contribuição social ("CSLL"), calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. **7.1.2. Impostos diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos, quando aplicável, somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e prejuízos fiscais possam ser usados. De acordo com a legislação tributária brasileira, o prejuízo fiscal pode ser utilizado para compensar até 30% do lucro tributável do exercício e não tem prazo de expiração. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado a cada data de apresentação e reduzido na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis suficientes estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido seja utilizado. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos são reavaliados a cada data de apresentação e são reconhecidos na extensão em que se torne provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o ativo fiscal diferido seja recuperado. O imposto de renda e contribuição social diferidos são apresentados líquidos no balanço quando há o direito legal de compensá-los quando da apuração dos impostos correntes, em geral relacionado com a mesma autoridade fiscal. **7.2. Imposto de renda e contribuição social: 7.2.1. Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social**

	2025	2024
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	4.706	(975)
Alíquotas vigentes	34 %	34 %
<b>Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes</b>	<b>(1.600)</b>	<b>332</b>
Lei do bem	1.118	-
Outros incentivos fiscais	64	-
Lei de incentivo à cultura e assistência social	32	-
Despesas permanentes	(294)	(386)
Diferenças temporárias	(161)	-
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(841)</b>	<b>(54)</b>
Impostos correntes	(1.352)	149
Impostos diferidos	511	(203)
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(841)</b>	<b>(54)</b>
<b>Taxa (%) de alíquota efetiva</b>	<b>18 %</b>	<b>-6 %</b>

**7.2.2. Imposto diferidos:** As variações líquidas do imposto de renda e contribuição social diferidos estão relacionadas a seguir:

	31/12/2024	Movimentação	31/12/2025
Provisão para participação nos resultados	1.740	(131)	1.609
Provisão para pagamento baseado em ações	1.610	1.159	2.769
Provisão para perdas esperadas com risco de crédito	1.421	(1.183)	238
Diferenças temporárias	1.373	396	1.769
Lei do bem	(848)	270	(578)
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	<b>5.296</b>	<b>511</b>	<b>5.807</b>
	31/12/2023	Movimentação	31/12/2024
Provisão para participação nos resultados	2.021	(281)	1.740
Provisão para pagamento baseado em ações	937	673	1.610
Provisão para perdas esperadas com risco de crédito	2.660	(1.239)	1.421
Diferenças temporárias	816	557	1.373
Lei do bem	(935)	87	(848)
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	<b>5.499</b>	<b>(203)</b>	<b>5.296</b>

Segundo a legislação tributária brasileira, diferenças temporárias e prejuízos fiscais podem ser mantidos como créditos fiscais indefinidamente. No entanto, o prejuízo fiscal pode ser utilizado apenas para compensar até 30% do lucro tributável do exercício. **7.2.3. Estimativa de realização do ativo fiscal diferido:** A Companhia estima a realização dos ativos fiscais diferidos existentes em 31 de dezembro de 2025, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, conforme estudo técnico de realização. Segue expectativa de realização:

Ano	Valor
2026	4.191
2027	707
2028	303
2029	533
2030 em diante	73
<b>Total</b>	<b>5.807</b>

**8. Intangível – 8.1. Políticas contábeis: 8.1.1. Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são reconhecidos, e o tal gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que foi incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros destes ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. **8.1.2. Pesquisa e desenvolvimento:** Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro da Companhia de despesas operacionais. As atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente quando todos os seguintes elementos estiverem presentes: (i) viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda; (ii) intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo; (iii) o ativo intangível deverá gerar benefício econômico futuro; (iv) disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o seu desenvolvimento e usar o ativo intangível; e (v) capacidade de mensurar com segurança os atributos do ativo intangível durante o seu desenvolvimento. Os gastos capitalizados incluem o custo de mão de obra e materiais que são diretamente atribuíveis à preparação desse ativo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente. **8.1.3. Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos e que tem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução do valor recuperável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A amortização é reconhecida no resultado baseado no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos

intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2025 são demonstradas a seguir:

	31/12/2024	Adições	Transferências	31/12/2025	
<b>Software</b>	<b>35.102</b>	<b>124</b>	<b>-</b>	<b>35.226</b>	
Licenças de uso	877	-	-	877	
Intangível em andamento	62	10.590	-	10.652	
<b>Custo</b>	<b>36.041</b>	<b>10.714</b>	<b>-</b>	<b>46.755</b>	
Software	(13.711)	(7.085)	(1.216)	(22.012)	
Licenças de uso	(1.784)	(150)	1.216	(718)	
<b>Amortização acumulada</b>	<b>(15.495)</b>	<b>(7.235)</b>	<b>-</b>	<b>(22.730)</b>	
<b>Intangível de uso</b>	<b>20.546</b>	<b>3.479</b>	<b>-</b>	<b>24.025</b>	
	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2024
Software	21.709	2.751	(1.323)	11.965	35.102
Licenças de uso	877	151	(151)	-	877
Intangível em andamento	324	8.713	-	(11.965)	10.652
<b>Custo</b>	<b>25.900</b>	<b>11.615</b>	<b>(1.474)</b>	<b>-</b>	<b>36.041</b>
Software	(8.923)	(4.785)	-	-	(13.711)
Licenças de uso	(1.604)	(180)	-	-	(1.784)
<b>Amortização acumulada</b>	<b>(10.527)</b>	<b>(4.968)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(15.495)</b>
<b>Intangível de uso</b>	<b>15.373</b>	<b>6.647</b>	<b>(1.474)</b>	<b>-</b>	<b>20.546</b>

**9. Contas a pagar**

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	1.842	315
Provisões para pagamentos a efetuar	4.016	4.016
<b>Total</b>	<b>6.837</b>	<b>4.331</b>

**10. Obrigações trabalhistas e previdenciárias – 10.1. Políticas contábeis:** Os passivos relacionados com benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são contabilizados à medida que o serviço relacionado é prestado. A Companhia reconhece um passivo e uma despesa pelo valor esperado a ser pago em relação a bônus e participação nos lucros. A bonificação e a participação nos lucros liquidáveis em dinheiro a cada pessoa são determinadas com base nos seguintes fatores: lucro líquido ajustado, metas globais, metas departamentais e avaliação de desempenho individual. A Companhia reconhece uma provisão quando é contratualmente obrigado ou quando existe uma prática passada que cria uma obrigação não formalizada. A Companhia reconhece como passivo as obrigações previdenciárias devidas sobre verbas trabalhistas na mesma competência em que estas obrigações são reconhecidas.

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para férias, 13º salário e encargos	3.593	3.304
Provisão para participação nos lucros	5.379	5.117
Pagamento baseado em ações	2.686	991
INSS a recolher	583	596
FGTS a recolher	216	203
Outros	43	35
<b>Total</b>	<b>12.500</b>	<b>10.246</b>
Circulante	9.814	9.255
Não circulante	2.686	991

**11. Transações com partes relacionadas –** As partes relacionadas compreendem as empresas controladoras, acionistas, pessoal-chave da administração e quaisquer negócios que são controlados, direta ou indiretamente, pelos acionistas sobre os quais exercem influência significativa. As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das transações, levando-se em consideração a redução de risco. Os saldos em aberto no encerramento do período não têm garantias, não estão sujeitos a juros (exceto pelas aplicações financeiras) e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Os saldos a receber e a pagar e impactos em resultado por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativos</b>		
Stone Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("SCFI")	44.976	39.378
<b>Aplicações financeiras</b>	<b>44.976</b>	<b>39.378</b>
Stone Instituição de Pagamento S.A. ("Stone Pagamentos")	5.779	-
Pagar.me S.A. ("Pagar.me")	874	-
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Stone SCD")	3.430	49
Stone Corporate SPE S.A.	-	3
<b>Contas a receber de partes relacionadas</b>	<b>10.083</b>	<b>52</b>
<b>Passivos</b>		
Stone Instituição de Pagamento S.A. ("Stone Pagamentos")	-	3.160
Pagar.me S.A. ("Pagar.me")	-	36
Linx Sistemas e Consultoria Ltda. ("Linx Sistemas")	-	3
Vitta Serviços em Saúde Ltda. ("Vitta Serviços")	-	8
MNLT S.A.	-	3
Vitta Corretora de Seguros Ltda. ("Vitta Corretora")	-	2
<b>Contas a pagar a partes relacionadas</b>	<b>-</b>	<b>3.239</b>
<b>Receitas</b>		
Stone Instituição de Pagamento S.A. ("Stone Pagamentos")	49.815	36.111
Pagar.me S.A. ("Pagar.me")	853	48
Stone Logística Ltda. ("Stone Log")	-	172
Stone Corporate SPE S.A.	25	18
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Stone SCD")	5.202	2.157
Stone Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("SCFI")	6.060	378
<b>Receitas</b>	<b>61.955</b>	<b>38.884</b>
<b>Despesas</b>		
Stone Instituição de Pagamento S.A. ("Stone Pagamentos")	3.486	2.658
Pagar.me S.A. ("Pagar.me")	-	2
MNLT S.A.	78	797
Vitta Corretora de Seguros Ltda. ("Vitta Corretora")	-	2
Vitta Serviços em Saúde Ltda. ("Vitta Serviços")	(2)	7
Stone Corporate SPE S.A.	-	39
Linx Sistemas e Consultoria Ltda. ("Linx Sistemas")	-	326
<b>Despesas</b>	<b>3.562</b>	<b>3.831</b>

**12. Provisão para contingências –** A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. **12.1. Políticas contábeis:** As provisões para contingências (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando, e apenas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita, em conformidade com a CPC 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes). Caso existam várias obrigações semelhantes, a probabilidade de uma saída de recursos para liquidação é determinada considerando-se a classe de obrigações como um todo, mesmo que a probabilidade de saída para um item específico incluído na mesma classe possa ser pequena. Portanto, uma provisão é reconhecida ainda que a probabilidade de saída de recursos em relação a qualquer item individual seja baixa. As provisões são mensuradas pela melhor estimativa de desembolso necessário para liquidar a obrigação presente ao final do período de reporte e são registradas ao valor presente, utilizando uma taxa antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado sobre o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos da obrigação, sempre que o efeito do valor do dinheiro no tempo for relevante. O aumento da provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como Despesas financeiras líquidas. Quando a Companhia espera que parte ou a totalidade de uma provisão seja reembolsada, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas

apenas quando a probabilidade de recebimento seja significativamente alta. A despesa relativa à provisão é apresentada na demonstração do resultado líquida de qualquer reembolso, se aplicável. **12.2. Julgamentos, estimativas e premissas significativas:** As perdas possíveis são baseadas nos custos históricos reais em suas respectivas instâncias judiciais para casos semelhantes. Em geral, após a decisão final, as perdas reais representam uma fração do valor total pleiteado. Para perdas prováveis, processos individualmente materiais de natureza semelhante, como uma carteira ou portfólio, são mensurados e agrupados, sendo constituída provisão para cobrir as perdas com base na média de perda dos últimos 12 meses para esses tipos de ações. Para perdas individualmente materiais ou de natureza não repetitiva, a Companhia continua a avaliar a probabilidade e o montante das perdas consideradas prováveis caso a caso. **12.3. Perdas prováveis, provisionadas no balanço patrimonial:** Com base na avaliação de seus assessores jurídicos, a Companhia constituiu provisão para contingências relativas a riscos trabalhistas, cíveis e tributários, como segue:

	Trabalhista	Cível	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
Adições	-	-	-
Reversões	(6)	(2)	(8)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>14</b>
Adições	28	-	28
Reversões	(22)	-	(22)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>20</b>

**12.4. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço patrimonial:** A Companhia não possui processos judiciais de natureza cível ou trabalhista classificados como perdas possíveis. **13. Patrimônio líquido – 13.1. Capital social:** O capital social em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 125.841.778,00 representado por 125.841.778 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e parcialmente integralizadas, distribuídas entre os acionistas como segue:

		31/12/2025	31/12/2024
<b>Acionistas</b>			
STNE Participações em			
Tecnologia S.A.	Brasil	100%	Ordinárias
<b>Total de ações</b>			
		125.841.778	125.841.778
		<b>125.841.778</b>	<b>125.841.778</b>

Ações ordinárias têm direito ao recebimento de dividendos conforme definido no Estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia. Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 06 de agosto de 2021, a Companhia aumentou seu capital social em R\$ 80.000, sendo 80.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Sendo que R\$ 29.886 foram integralizados no ato e o saldo remanescente, equivalente a R\$ 50.114 não tinham sido integralizados até 31 de dezembro de 2025. **13.2. Reserva de capital:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia constituiu reserva de capital no montante de R\$ 2.103, totalizando R\$ 7.231 ao final do exercício (R\$ 5.128 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). **13.3. Reservas de lucros: 13.3.1. Reservas legais:** Nos termos do artigo 193 da Lei da S.A. e do Estatuto Social da Companhia, a TAG deve destinar para a reserva legal o montante equivalente a 5% do lucro líquido, a qual não pode exceder a 20% do capital social, sendo que no exercício em que o saldo da reserva legal, acrescidos dos montantes da reserva de capital, exceder 30% do capital social, a destinação do lucro líquido para reserva legal não será obrigatória. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$ 1.837 (R\$ 1.696 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). **13.3.2. Reservas de investimentos:** A reserva de investimento foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei da S.A., com o objetivo de garantir recursos para pagamento de dividendos, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas. Em 31 de dezembro de 2025, a TAG constituiu uma reserva de investimento no montante de R\$ 2.668 (R\$ 0 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). O saldo da reserva de investimento em 31 de dezembro de 2025 é R\$ 2.668 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024). **13.4. Dividendos:** O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório de, no mínimo, 1% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme a lei das sociedades por ação. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia distribuiu dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 27 (R\$ 0 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024) devido ao prejuízo líquido do exercício. **14. Receita de serviços – 14.1. Políticas contábeis:** A receita é reconhecida quando a Companhia transfere o controle dos serviços para os clientes, em um valor que reflète a contraprestação que a Companhia espera receber em troca desses serviços. A Companhia concluiu que geralmente é o principal em seus acordos de receita, porquanto normalmente controla os serviços antes de transferir-los para o cliente. A Companhia aplica os seguintes cinco passos relativos às receitas: • identificação dos contratos com o cliente; • identificação das obrigações de desempenho previstas no contrato; • determinação do preço da transação; • alocação do preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato; e • reconhecimento da receita quando ou conforme a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é reconhecida líquida dos impostos sobre as vendas, que são posteriormente recolhidos às autoridades fiscais, das devoluções, abatimentos e dos descontos, quando aplicável. **14.1.1. Receitas operacionais:** As receitas operacionais são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, apurada em conformidade com o regime de competência à medida em que os serviços são prestados, e apresentada líquida de cancelamentos, descontos comerciais e outras deduções similares, assim como líquida dos impostos diretamente incidentes. Estão representadas na demonstração do resultado como "Receita de prestação de serviços", as quais incluem receitas provenientes da prestação dos seguintes serviços: • Negociação de recebíveis: antecipação pós contratada; troca de titularidade; ônus e gravames. • Consulta e conciliação: cálculo e consulta de posição, averbação e histórico de recebíveis; emissão de certidão; e, conciliação diária de agenda. • Anuência: gestão da permissão de acesso aos dados de recebíveis de estabelecimentos comerciais registrados na plataforma da Companhia. • Cálculo de posições: produto de dados que processa e calcula, diariamente e por contrato, a posição financeira de recebíveis de cartão. Serviços exclusivo para Credenciadoras e Subcredenciadoras. Os contratos da Companhia com seus clientes podem consistir em múltiplas obrigações de desempenho e a Companhia contabiliza as obrigações de desempenho individuais separadamente se elas forem distintas. Quando os serviços são agrupados em um contrato com um cliente, os componentes são separados usando o preço de venda individual relativo dos componentes que é baseado no preço habitual da Companhia para cada elemento em transações separadas. **14.1.1.1. Impostos sobre as vendas:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não são recuperáveis junto às autoridades fiscais, caso em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do item do ativo ou despesa, conforme aplicável. • Quando os valores a receber ou a pagar forem apresentados com o valor dos impostos sobre vendas incluídos. O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar para a autoridade fiscal, é incluído como parte dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial e líquido da receita ou do custo/despesa, na demonstração do resultado. As receitas de vendas no Brasil estão sujeitas a impostos e contribuições, com as seguintes alíquotas:

	Alíquota – %	Receitas financeiras
Programa de integração social (PIS) (a)	0,65% – 1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (a)	3,00% – 7,60%	4,00%
Imposto sobre Serviços (ISS) (b)	2,00% – 5,00%	- %

(a) O PIS e COFINS são contribuições cobradas pelo governo federal sobre a receita bruta. Esses valores são faturados e cobrados dos clientes da Companhia e reconhecidos como deduções da receita bruta (Nota 13.2) contra impostos a recolher, uma vez que atuamos como agentes de retenção de impostos em nome das autoridades fiscais. O PIS e COFINS pagos em certas compras podem ser considerados como créditos fiscais para compensar com PIS e COFINS a reterestação recebida ou a receber, apurada em conformidade com o regime de competência mensalmente em relação aos impostos a recolher e apresentados líquidos, pois os valores são devidos à mesma autoridade fiscal. A partir de 1º de janeiro de 2027, o PIS e COFINS serão substituídos pela CBS – Contribuição sobre Bens e Serviços, previsto na Lei complementar nº214/2025 (Nota 3.4). (b) O ISS é um imposto cobrado pelos municípios sobre receitas provenientes da prestação de serviços. O ISS é adicionado aos valores faturados aos clientes da Companhia por seus serviços prestados. É reconhecido como deduções da receita bruta (Nota 14.2.) contra impostos a recolher, pois a Companhia atua como agente de cobrança desse imposto em nome dos governos municipais. As alíquotas podem variar de 2% a 5%. A partir de 1º de janeiro de 2029, o ISS começa a ser substituído, gradualmente até 1º de janeiro de 2033, pelo IBS – Imposto sobre Bens e Serviços, previsto na Lei complementar nº214/2025 (Nota 3.4). **14.1.2. Resultado financeiro líquido:** Refere-se ao resultado de aplicações financeiras que compõe-se da receita de juros e ganhos ou perdas provenientes da marcação a mercado das aplicações financeiras.

	2025	2024
<b>Receita líquida de atividades de transação e outros serviços</b>		

... continuação

	2025	2024
<b>16. Composição de custos e despesas por natureza</b>		
Despesa com pessoal	(39.918)	(40.571)
Captura e processamento	(49.956)	(39.466)
Gasto com viagens	(267)	(738)
Depreciação e amortização	(7.403)	(5.087)
Serviços de terceiros	(6.992)	(7.712)
Despesas de marketing e comissões de vendas	(114)	(127)
Outras despesas/ receitas operacionais	(4.064)	(1.040)
<b>Total</b>	<b>(108.714)</b>	<b>(94.741)</b>
<b>Função</b>		
Despesas administrativas	(19.314)	(19.544)
Despesas de vendas	(198)	(859)
Outras despesas operacionais líquidas	(4.097)	(2.454)
<b>Total das receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(23.609)</b>	<b>(22.857)</b>
Custos dos serviços prestados	(85.105)	(71.885)
<b>Total das despesas por função</b>	<b>(108.714)</b>	<b>(94.742)</b>

**17. Benefícios a empregados – 17.1. Políticas contábeis: 17.1.1. Obrigações de curto prazo:** Os passivos relacionados a benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são contabilizados como despesa conforme o serviço relacionado é fornecido. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob o plano de bônus em dinheiro ou participação nos resultados de curto prazo se o trabalhador tiver uma obrigação legal ou não formalizada de pagar devido aos serviços prestados pelos empregados e a obrigação puder ser estimada de forma confiável.

**17.1.2. Remuneração com base em ações:** A Companhia possui planos de pagamentos baseados em ações, segundo os quais a administração confere a empregados e outros provedores de serviços similares o direito de receber instrumentos patrimoniais (incluindo ações ou opções de ações) da StoneCo (negociadas com a sigla STNE na bolsa americana NASDAQ) como parte de seu plano de incentivo de longo prazo, quando atendidas as condições de aquisição de direito neles especificadas.

**17.1.3. Transações líquidas em ações:** As práticas contábeis utilizadas pela Companhia, no que tange ao reconhecimento dos planos de pagamento baseado em ações, estão de acordo com o CPC 10. O custo dessas transações, as quais são liquidadas em ações, é mensurado pelo valor justo na data da outorga e registrado como despesa, em contrapartida do patrimônio líquido, durante o período do serviço, ou na data da concessão, em caso de serviços passados. O valor justo das Restricted Shares Units ("RSUs") é o valor de mercado do instrumento na data da outorga. Para opções, o valor justo é calculado utilizando o modelo de precificação Black-Scholes-Merton, considerando os termos e condições dos planos. A condição de desempenho e a quantidade de ações que se espera emitir são mensuradas com base em dados históricos e dados modificados, quando se espera que o futuro seja razoavelmente diferente do passado, entre outros fatores. As duas principais variáveis do modelo foram (i) taxa de juros livre de risco e (ii) volatilidade anual, com base no preço histórico das ações da StoneCo e de players similares. A volatilidade esperada reflete a suposição de que a volatilidade histórica é indicativa de tendências futuras, mas que podem não ser necessariamente o resultado real.

**a) Restricted share units:** A Companhia outorgou RSUs e opções de ações, as quais, em sua maioria, estão condicionadas a permanência (condições de desempenho corporativo são aplicáveis a uma minoria), e habilitam o recebimento segundo regras de período de aquisição de direito ("vesting period") estabelecidas e aplicadas de acordo com a política interna corporativa. As ações restritas outorgadas em 2025 têm valor justo na data de outorga de R\$ 54,10 e possuem vencimento ("vesting period") em tranches ao longo de um período de 2 a 4 anos. Em 31 de dezembro de 2025 não haviam RSUs a serem emitidas para os beneficiários.

**b) Movimentações:** As movimentações ocorridas em 2025 e 2024 de RSUs e opções de ações são apresentadas a seguir:

	RSUs	Opções	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>65.317</b>	<b>4.158</b>	<b>69.475</b>
Outorgadas	68.365	-	68.365
Emitidas	(6.277)	-	(6.277)
Transferências entre empresas do grupo	(10.446)	-	(10.446)
Canceladas	(30.210)	-	(30.210)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>86.749</b>	<b>4.158</b>	<b>90.907</b>
Outorgadas	43.958	-	43.958
Emitidas	(11.262)	-	(11.262)
Transferências entre empresas do grupo	(4.559)	-	(4.559)
Canceladas	(3.281)	-	(3.281)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>111.605</b>	<b>4.158</b>	<b>115.763</b>

O efeito acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 4.213 (R\$ 2.445 em 31 de dezembro de 2024), registrado na demonstração do resultado como despesa com salários.

**17.1.4. Participação nos lucros e gratificações anuais:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos lucros e gratificações anuais com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada.

**17.1.5. Julgamentos, estimativas e premissas significativas: 17.1.5.1. Pagamento baseado em ações:** A estimativa do valor justo do instrumento patrimonial outorgado em planos de pagamento baseado em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado e das premissas subjacentes mais apropriadas, o que depende dos termos e condições dos planos de pagamento baseado em ação outorgados e das informações disponíveis na data da outorga destes planos. A Companhia utiliza certas metodologias para estimar o valor justo do instrumento patrimonial outorgado, que incluem o seguinte:

- estimativa do valor justo com base em transações patrimoniais com terceiros próximas à data da outorga; e
- outras técnicas de avaliação, incluindo modelos de precificação de opções, como Black-Scholes. Essas estimativas também exigem a determinação das informações mais adequadas para os modelos de avaliação, incluindo premissas sobre a vida esperada de uma opção de compra de ações ou direito de valorização, a volatilidade esperada do preço das ações e o rendimento de dividendos esperado.

	2025	2024
<b>17.1.6. Composição benefícios a empregados</b>		
Salários e benefícios	(26.313)	(28.880)
Participação nos lucros e bônus anuais	(1.247)	(428)
Pagamentos baseados em ações	(4.213)	(2.445)
Custos previdenciários	(8.145)	(8.818)
<b>Total de custo e despesa</b>	<b>(39.918)</b>	<b>(40.571)</b>

A Companhia oferece um pacote de benefícios padrão a todos os funcionários, consistindo principalmente em planos de assistência médica, seguro de vida em grupo, vale-refeição e alimentação e vale-transporte. Todos os valores relacionados são registrados no resultado de cada exercício.

**18. Instrumentos financeiros – 18.1. Políticas contábeis:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

**18.1.1. Ativos financeiros: 18.1.1.1. Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Exceto para contas a receber que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático previsto no CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro que não é a VJR. Contas a receber que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas ao preço de transação determinado de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou VJORA, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "somente pagamentos de principal e juros" ("SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é chamada de teste de SPPI e é executada a nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam SPPI são classificados e mensurados ao VJR, independentemente do modelo de negócios. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, enquanto os ativos financeiros classificados e mensurados ao VJORA são mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é de ambos, receber fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros. Ativos financeiros ao VJR incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR, ou ativos financeiros obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados ao VJR no reconhecimento inicial, caso isso elimine ou reduza significativamente um descausamento contábil. As compras ou vendas de

**TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A.**

ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo definido pela regulamentação ou prática de mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data de negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

**18.1.1.2. Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao VJORA com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao VJORA sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); ou • Ativos financeiros ao VJR.

**18.1.1.2.1. Ativo financeiro ao custo amortizado (instrumentos de dívidas)** Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente utilizando o método da taxa de juros efetiva ("TJE") e estão sujeitos a perda por redução ao valor recuperável (impairment). Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou sofre impairment. Os principais ativos financeiros ao custo amortizado da Companhia incluem Contas a receber de clientes, Aplicações financeiras, Contas a receber de partes relacionadas e Outros ativos, uma vez que são mantidos para receber pagamentos de principal e juros e atendem ao teste SPPI.

**18.1.1.2.2. Ativo financeiro a VJORA (instrumentos de dívidas)** Após o reconhecimento inicial, a Companhia pode optar por classificar irrevogavelmente seus investimentos em ações como instrumentos patrimoniais designados ao VJORA quando eles satisfizerem a definição de patrimônio nos termos do CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação e não são mantidos para negociação. A classificação é determinada com base em cada instrumento patrimonial. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para o resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando o direito de pagamento é estabelecido, exceto quando a Companhia se beneficia de tais resultados como uma recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que esses ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao VJORA não são sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável. A Companhia não possui instrumentos classificados nesta categoria.

**18.1.1.2.3. Ativo financeiro a VJORA sem reciclagem dos ganhos e perdas acumuladas (instrumentos de dívidas)** Após o reconhecimento inicial, a Companhia pode optar por classificar irrevogavelmente seus investimentos em ações como instrumentos patrimoniais designados ao VJORA quando eles satisfizerem a definição de patrimônio nos termos do CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação e não são mantidos para negociação. A classificação é determinada com base em cada instrumento patrimonial. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para o resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando o direito de pagamento é estabelecido, exceto quando a Companhia se beneficia de tais resultados como uma recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que esses ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao VJORA não são sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nesta categoria.

**18.1.1.2.4. Ativos financeiros ao VJR:** Ativos financeiros ao VJR são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nesta categoria.

**18.1.1.3. Baixa:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido (ou seja, retirado do balanço patrimonial da Companhia) quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo tiverem expirado; ou • A Companhia transferiu seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo e assumiu uma obrigação contratual de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre o valor contábil original do ativo e o valor máximo da contraprestação recebida que a Companhia pode ser obrigada a restituir.

**18.1.2. Passivos financeiros: 18.1.2.1. Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao VJR, custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme o caso. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, no caso de custo amortizado, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, dividendos a pagar, contas a pagar a partes relacionadas e outras contas a pagar.

**18.1.2.2. Mensuração subsequente:** A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo.

**18.1.2.2.1. Passivo financeiro ao VJR:** Os passivos financeiros ao VJR incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como ao VJR. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge em relacionamentos de hedge, conforme definido pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos mantidos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não possui passivos financeiros ao VJR.

**18.1.2.2.2. Passivo financeiro ao custo amortizado:** Após o reconhecimento inicial, passivos financeiros classificados nesta categoria são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. A amortização pelo método da taxa efetiva de juros é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria inclui fornecedores, empréstimos e financiamentos, dividendos a pagar, contas a pagar a partes relacionadas e outras contas a pagar.

**18.1.2.3. Baixa:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como a baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

**18.1.2.4. Valor justo de instrumentos financeiros:** A Companhia mensura instrumentos financeiros tais como derivativos, a valor justo a cada data-base. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorra: • No mercado principal do ativo ou passivo; ou • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo; ou • O mercado principal ou o mercado mais vantajoso deve ser acessível à Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado usando as premissas que os participantes do mercado usariam ao precificar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado atuem no seu melhor interesse econômico. A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas às circunstâncias e para as quais existem dados subjacentes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são classificados na hierarquia de valor justo, descrita a seguir, com base nos dados de nível mais baixo que sejam significativos para a mensuração do valor justo como um todo: A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: • Nível I – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível II – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e • Nível III – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre níveis na hierarquia reavaliando a categorização (com base nos dados de nível mais baixo que sejam significativos para a mensuração do valor justo como um todo) a cada data-base.

**18.1.3. Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente exequível de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possui instrumentos financeiros que tenham alcançado as condições para reconhecimento em bases líquidas.

**18.2. Gestão de riscos:** A gestão de riscos na TAG conta com as seguintes frentes de atuação:

risco de liquidez, mercado, crédito, operacional, continuidade do negócio, capital, cibernético e conformidade. Para garantir maior eficiência na gestão de riscos e de controles, a Companhia adota o modelo segregado em três linhas, em que cada uma delas desempenha um papel distinto dentro da estrutura de governança, possuindo suficiente autonomia, independência e recursos. Essas estruturas de gerenciamento podem ser assim resumidas:

**18.2.1. Risco de mercado:** É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes das flutuações nos valores de mercado de posições detidas pela Companhia: • Risco pré (taxa de juros): é o risco de perdas atrelado a variações na taxa de juros, sendo resultado do descausamento da taxa de juros entre os ativos e passivos, e/ou por variação dos seus vencimentos • Risco cambial: risco relacionado com a probabilidade de perdas financeiras resultantes da flutuação da taxa de câmbio. A Companhia não possui exposição significativa ao risco cambial. A Companhia não tem como objetivo obter ganhos de capital em suas operações nos mercados financeiros e de capitais, no Brasil e no exterior. Não é prevista a contratação ou aquisição de ativos financeiros além daqueles necessários para a manutenção de suas operações ou de rentabilização de recursos em caixa.

**18.2.2. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco da Companhia sofrer perdas caso uma contraparte falhe em cumprir suas obrigações. Essa exposição surge de instrumentos financeiros (caixa e equivalentes de caixa e depósitos bancários) e das atividades operacionais, principalmente ligadas a contas a receber. A Companhia, por se tratar de uma infraestrutura do mercado financeiro, não possui ou pratica atividades de concessão de crédito a clientes e parceiros. Além disso, conforme mencionado, as alocações financeiras não estão expostas a um risco de crédito significativo.

**18.2.3. Risco de liquidez:** É o risco da Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descausamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A Companhia mantém recursos disponíveis com alta liquidez. A área Financeira é responsável pela alocação dos recursos, podendo aplicá-los em: títulos públicos federais, registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic); ou títulos de emissão privada, registrados ou depositados em Infraestrutura de mercado financeiro.

	Menos de um ano	Entre 1 e 2 anos
<b>31 de dezembro de 2025</b>		
Contas a pagar	6.837	-
Dividendos a pagar	27	-
Outras contas a pagar	161	30
	<b>7.025</b>	<b>30</b>
<b>31 de dezembro de 2024</b>		
Contas a pagar	4.331	-
Contas a pagar a partes relacionadas	3.239	-
Outras contas a pagar	78	-
	<b>7.648</b>	<b>-</b>

**18.2.4. Risco operacional:** É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A gestão de riscos operacionais é efetuada por meio de controles internos, calçados em políticas internas e equipe independente das áreas de negócio da Companhia, que monitoram os riscos inerentes às operações, processos, tecnologia da informação e sistemas, os quais são submetidos a revisões periódicas, com objetivo de manter alinhamento às melhores práticas de mercado e aderência aos princípios de melhoria contínua. O gerenciamento de riscos é executado de maneira integrada. Por meio de matrizes de riscos e mapas de calor que apresentam a severidade dos riscos aos quais a Companhia está exposta, os riscos são classificados, priorizados e tratados.

**18.2.5. Risco de continuidade de negócio:** É a possibilidade de impacto financeiro, regulatório ou legal, reputacional, operacional e ao cliente, decorrentes da indisponibilidade de recursos (humanos, materiais e tecnológicos) essenciais para o funcionamento de seus serviços e atividades. A Companhia gerencia e previne possíveis interrupções de continuidade do negócio por meio das diretrizes e estratégias estabelecidas em sua Política de Continuidade de Negócio, Plano de Continuidade de Negócios (PCN), Plano de Recuperação de Desastres (PRD), Plano de Administração de Crise (PAC), Plano de Resiliência Operacional (PRO), Plano de Resposta a Incidentes (PRI) e demais documentos corporativos sobre o tema.

**18.2.6. Risco cibernético:** É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de incidentes cibernéticos. Como infraestrutura do mercado financeiro, o risco operacional para a Companhia é considerado relevante, incluindo o risco de interconexão, que refere-se à exposição a perigos digitais quando dispositivos se conectam a uma rede, seja pública ou privada, como roubo de dados, furto de identidade, violação de privacidade, acesso a conteúdos impróprios e a sobrecarga do sistema de rede, que pode comprometer o seu funcionamento. O processo de gerenciamento de riscos aborda aspectos que possam comprometer a integridade, a segurança e a disponibilidade das informações e, ainda, a interrupção de suas atividades. A Companhia gerencia este risco, utilizando tecnologia avançada e processos estabelecidos para identificar e proteger seu ambiente, detectar e responder a ameaças e incidentes, e recuperar suas operações em cenários adversos.

**18.2.7. Risco de fraude:** É a possibilidade de perdas decorrentes de operações fraudulentas no ambiente da Registradora. A Companhia está implementando todo trabalho de monitoramento das operações dos seus participantes, bem como realiza qualquer operação fora do padrão para investigação, através de políticas e procedimentos estabelecidos e eventual comunicação com os Órgãos Reguladores.

**18.2.8. Riscos sociais, ambientais e climáticos:** A Companhia considera os Riscos Social, Ambiental e Climático como parte integrante de sua gestão de riscos. Esses riscos estão relacionados a eventos que podem resultar em perdas relacionadas a condução dos negócios, atividades e processos da Companhia: • Risco Social: Relaciona-se à possibilidade de perdas decorrentes de violações de direitos fundamentais ou atos prejudiciais ao interesse comum. • Risco Ambiental: Refere-se à possibilidade de perdas causadas por eventos relacionados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais. • Risco Climático: Envolve a possibilidade de perdas devido a eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono e à possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

**18.2.9. Risco de conformidade:** O time de Compliance e Regulatório conduz procedimentos relacionados ao gerenciamento do Risco de Conformidade de acordo com as definições e as orientações contidas na Política de Conformidade. Neste contexto, o time monitora a aderência da Companhia ao arcabouço legal, à regulamentação infralegal, às recomendações dos órgãos de supervisão e, quando aplicável, aos Códigos de Ética e de Conduta. Não obstante, acompanha e monitora a aplicação de planos de ação para resolução de eventuais descumprimentos legais e regulatórios.

**18.3. Instrumentos financeiros por categoria**

	Custo amortizado
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>	
Aplicações financeiras	44.976
Contas a receber	7.796
Contas a receber de partes relacionadas	10.083
Outros ativos	5
	<b>62.860</b>
<b>Custo amortizado</b>	
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>	
Aplicações financeiras	39.378
Contas a receber	7.105
Contas a receber de partes relacionadas	52
Outros ativos	27
	<b>46.562</b>
<b>Custo amortizado</b>	
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>	
Contas a pagar	6.837
Dividendos a pagar	27
Outros passivos	191
	<b>7.055</b>
<b>Custo amortizado</b>	
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>	
Contas a pagar	4.331
Contas a pagar a partes relacionadas	3.239
Outros passivos	78
	<b>7.648</b>

A divulgação do valor justo dos instrumentos financeiros não é apresentada em razão da imaterialidade dos valores envolvidos.

**19. Eventos subsequentes –** Em 02 de fevereiro de 2026 a Companhia comunicou ao BACEN – em cumprimento à Convenção entre Entidades Registradoras, Depositárias Centrais e Escrituradores (Duplicatas) – sua decisão institucional de não prosseguir com o pedido de inclusão de duplicata escritural em seu rol de ativos financeiros. A Companhia possuía ativo intangível em andamento referente ao software que estava sendo desenvolvido para operar o sistema de duplicatas escriturais, e em março de 2026, realizou a baixa integral desses ativos no valor de R\$ 12.739 (em 31 de dezembro de 2025 o saldo era R\$ 9.896).

**A Diretoria**  
Camila Del Poente – Contadora CRC - 1SP 290.887/0-8

administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras; a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das**

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras**

Aos Acionistas da TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A.

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras".

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da



... continuação

**TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A.**

**demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção

de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras

podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 09 de abril de 2026.

**EY Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.**  
CRC SP 034.519/O

**Wanderley Fernandes de Carvalho Neto**  
Contador – CRC SP 300.534/O

## Publique no Data Mercantil!

*A decisão certa em todos os momentos.*



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.  
[datamercantil.com.br](http://datamercantil.com.br)

☎ **Contato: (11) 3361-8833**

✉ **Orçamentos: [comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)**

**DATA MERCANTIL** São Paulo

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 21/04/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)

